

A CIDADE E O CAMPO PERANTE O PARADOXO DO DESENVOLVIMENTO EM ÁFRICA: O CASO DE GUINÉ-BISSAU

Lucas Jaime Indi¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir e analisar o paradoxo do desenvolvimento africano especialmente na Guiné-Bissau a partir de fatores endógenos e exógenos – campo e cidade. Parte-se do pressuposto que o discurso sobre o desenvolvimento africano acarreta adjetivação que aprofundam olhares pejorativas sobre essa região. Pois, a África é encarada como um lugar onde vivem os pobres, rurais, Estados patriarcais e dualistas com condições agrícolas precárias. Embora, isso envolveu o colonialismo e o neocolonialismo cujas categorias subjetivas de coerção são encapsuladas no discurso sobre a globalização, o capitalismo e o desenvolvimento. No contexto guineense, a necessidade de reconstrução nacional e de inserir na globalização causou o esquecimento da questão do campo separando assim a industrialização com a agricultura rural por acreditar que os camponeses deveriam adaptar-se à dinâmica da industrialização. Este trabalho é feito através da revisão de literatura com ênfase na análise de conteúdo, principalmente nas consultas de livros; dissertações; projetos de pesquisas e artigos relacionados a este assunto. Conjugado os fatores acima apontados com as contradições que se verificou entre a cosmovisão endógena (guineense) e exógena (ocidental) aplicadas na política do desenvolvimento bem como a corrupção externa com relação à concorrência econômica e a corrupção interna dos políticos nacionais o país se afundou no subdesenvolvimento.

Palavra-chave: África, cidade e campo, paradoxo do desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Vivemos numa época em que as contradições são ininterrupta e simultaneamente globais e locais, as cosmovisões norteadoras das práticas e estilos de vida na sociedade são heterogêneas. As visões e perspectivas com relação ao uso da terra traduzida na lógica do capital, como forma de adquirir uma condição de vida material qualificada da qual sobrepõe a preocupação com a qualidade de vida espiritual põem na ordem do dia, as pautas sobre a criação de políticas afirmativas em espaços e tempos desiguais. No contexto africano, assiste-se discursos sobre o desenvolvimento que acarretam adjetivação que aprofundam olhares pejorativas sobre essa região. Trata-se dos termos como: “O Estado Narcotráfico, Estado Falhado, Estado pobre, Estado em Guerra – crise” etc. Embora estas caracterizações obstaculizam o investimento econômico em muitos países africanos, o que não implica também

¹ Licenciando em Sociologia na Universidade de integração internacional da lusofonia afro-brasileira – UNILAB, aguimeiu@gmail.com.

dizer que não há tal investimento naquela região. Até que ponto o investimento que se faz no continente apresenta condição de reverter a situação em que ela se encontra? Ou seja, como é que nos encontramos na situação em que nos encontramos hoje?

Discutir dilemas da cidade e do campo em África (Guiné-Bissau) se enquadra na necessidade de preencher certo vazio existente sobre este assunto devido poucas pesquisas feitas sobre o mesmo. Por isso, o artigo vem provocando debates sério acerca dos problemas do continente propondo uma nova forma de análise reflexiva e crítica sobre os dilemas vigentes em África e Guiné-Bissau em particular. Neste sentido, objetiva-se analisar e discutir o paradoxo do desenvolvimento africano especialmente na Guiné-Bissau com o intuito de compreender a relação entre cosmovisões (guineense e ocidental) presentes na construção de políticas de desenvolvimento.

Porém, vale salientar que é difícil ignorar o fato de que, ao apontarmos fatores exógenas subjacentes a influência das estruturas estruturantes da vida social dos países africanos não se deve esquecer, em primeiro lugar, o colonialismo e em seguida o neocolonialismo cujas categorias subjetivas de coerção são aglutinadas e encapsuladas no discurso sobre a globalização, o capitalismo e o desenvolvimento tendo uma repercussão no âmbito econômico se observa na diferença de perspectivas e visões em relação ao papel e o valor da atividade produtiva de natureza rural, sendo esta encarada na perspectiva rural diferente da concepção urbana capitalista. Portanto, devido as complexidades que regem e dinamizam as perplexidades de diferentes viveres entre os urbanos e rurais em torno dos mesmo com agendas do capital global que me provocou questionar; como se insere a cidade e o campo perante o paradoxo do desenvolvimento em África e em particular na Guiné-Bissau?

METODOLOGIA

O conduto metodológico escolhido nesta pesquisa baseia-se na pesquisa qualitativa feita através de apreciação de dados investigados, sobretudo na análise de discurso ou conteúdo. Trata-se neste caso da revisão de literatura, principalmente nas consultas de livros; dissertações; projetos de pesquisas e artigos que discorrem sobre este assunto. A pesquisa com este caráter se baseia na concepção de Robert K. Yin (2010)², que seria a proposição atenciosa das questões

² YIN, K. Robert. O estudo de caso: planejamentos e métodos. 4.ed. São Paulo; Vila Anastácio 2009.

ou objetivos da pesquisa que ocorreria primeiramente através de revisão minuciosa da literatura e com enfoque nos processos formais.

DESENVOLVIMENTO

1. Perplexidade do desenvolvimento em África: questões conceituais.

A discussão a volta dos problemas da África continua sendo adjuvante em relação à sociedade africana, o continente é caracterizado como lugar onde vivem os pobres, rurais, dualistas, estados patriarcais cujas condições agrícolas mantêm ainda em mudança durável e com a força de trabalho não qualificada e barata.³ Na decorrência disso, surgem conceitos que determinam e aprofundam cada vez mais a situação do continente, pois impossibilitam o empreendimento de novos olhares capazes de configurar crescimento qualitativo da sociedade. (CASTEL-BRANCO, 2007, p. 01), esclareceu esse ponto:

Uma África serve tanto para impor modelos ignorantes e irresponsáveis de “pacificação”, “estabilização”, “democratização”, “globalização” e “desenvolvimento” vindos do exterior, como para procurar legitimar o poder desacreditado e debilitado das burguesias nacionais, frequentemente encostadas aos ombros do grande capital internacional ao qual se dizem constituir a alternativa genuína e, claro, Africana. (CASTEL-BRANCO, 2007, p. 01)

Em virtude disso, para que a África criasse um desenvolvimento particular tornaria imperativo em primeiro lugar desmistificar esses conceitos o que implica também identificar interesses encapsuladas nelas para depois saber criar um padrão diferente e não excludente do crescimento. Considerando que o conhecimento sobre o desenvolvimento em seu caráter controverso divide-se em: a antiga e a nova ortodoxia, vale saber que tipo de conhecimento se privilegia na elaboração de políticas de desenvolvimento em África.

Ainda sobre antiga e a nova ortodoxia, Adelino Torres (1999), chamou a primeira de “heterodoxia”, cujo enfoque volta-se ao interesse do público ao passo que o último enfatiza a lógica do mercado visto que é nela que a exportação dos recursos pode ser garantida. Por isso se abandonou a heterodoxia enquanto uma visão econômica exercida na “irracionalidade” caráter predominante do agente econômico do Sul Global, não capitalista, contrário ao padrão econômico capitalista de mercado que enfatiza a “racionalidade” pregada pela nova ortodoxia,

³ (CASTEL-BRANCO, 2007, p. 01).

isto é; a “racionalidade” desse mesmo agente enfeitando as mesmas leis do mercado para todo mercado em diferentes nações.⁴

Ou seja, as teorias antigas da ortodoxia foram aplicadas num contexto histórico instável e ideologicamente desfavorável. Ora, se as críticas em relação a elas tornaram motivos de reconhecermos e abandonarmos suas limitações enquanto concepção desenvolvimentista do período de 50-70, torna-se imperativo, e com motivos ainda mais forte de rejeitarmos as ortodoxias neoliberais dos anos 80-95 uma vez que acarretam resultados muito mais piores do que previstos.⁵

2. África perante dinâmicas e perspectivas de ganha-perde

O paradoxo do desenvolvimento em África pode ser analisado no âmbito de exploração e destruição ecológica para os fins econômicos do capital financeiro global. Embora não se pode negar o papel de Estados nacionais nesta problemática. Segue algumas práticas ilustrativas que ocorreram no continente.

Conforme Jean Ziegler (2013, p. 266), uma companhia de bioenergia de Angola, - Biocom iniciou uma plantação de cana-de-açúcar numa área de 30.000 hectares em 2009 e na província meridional de Cunene, a firma portuguesa - Quifel Natural Resources pretende exportar o cultivo de girassol, soja e iátrofa para a Europa transformando-as em agrocarburentes; em Camarões, a Socapalm - uma sociedade camaronesa de palma que agora pertence a um grupo francês, empreendeu um contrato de sessenta anos (60) da qual alugou 58.000 hectares de terras em 2000; mas, 8.000 hectares já haviam sido cultivados em Sacafam por um grupo de Bolloré; no caso de Benin, o governo indica transformar zonas úmidas de 300.000 a 400.000 hectares em plantio de palmas oleaginosa no sul daquele país. Já na República Democrática De Congo, a firma chinesa Agrobussines Campany Ltd. (ZTE) tornou público o seu projeto em julho de 2009 que visa produzir agrocarburentes em um milhão de hectares e em 2007 havia declarado investir um bilhão para o cultivo de três mil milhões de hectares.⁶

Produções de escala tão ampla como estas, em muitos casos colocam os pequenos agricultores (camponeses) a perderem terras, sobretudo as mulheres que fazem atividade de

⁴ Adelino Torres, 1999, p. 07.

⁵ Adelino Torres, 1999, p. 09.

⁶ Jean Ziegler, 2013, 267- 268.

horticultura em uma parcela de terra ocupada por vezes pela herança. E, perder essas terras implica perder também a alimentação, saúde e educação para a família, especialmente as crianças. Acima de tudo, ficam desempregadas porque esses Estados, em muitos casos, não conseguem garantir um emprego que substitua aquela perda da qual poderão suprir as respectivas necessidades.

Por isso, o autor sublinhou que especular com terras que conduzem viveres e queimar alimentos como carburantes na situação atual do mundo em que uma criança de menos de dez (10) anos morre no intervalo de cinco segundos é crime contra a raça humana. Assim sendo, até que ponto a interação entre Estados africanos e corporações, empresas locais e internacionais constituem um avanço dos mesmos? E porque com estes “investimentos” o continente continua apresentando os mesmos dilemas⁷?

3. Perspectivas em choque perante as exigências do desenvolvimento

A estrutura produtiva dos camponeses em muitos países africano é o resultado de uma organização econômica tradicional dos saberes locais, mas, com as exigências do desenvolvimento apareceu choques de cosmovisões dicotômicas. Nessa lógica, perante as demandas do desenvolvimento, o Estado exige ao mundo rural - campo - a destinar a sua produção (cacau; algodão; amendoim, ...) à exportação que forma a base das dívidas valiosas para garantir as importações. E, devido as despesas do próprio Estado e a necessidade de industrialização, o campo é obrigado a produzir excedentes a partir da via do crédito e do imposto, sobretudo através de estratégia de troca em que os preços de venda dos produtos agrícolas são mais baixos enquanto os preços de bens e consumo dado aos camponeses são mais custosos (M'BALI, 1989).

Ainda, o sector agrícola é exigido a ser dinâmica capaz de produzir bens alimentícios rentáveis e adequar a sua velocidade com o rápido crescimento demográfico e industrial na zona urbana. Esse fato incentiva a proliferação da ideia de majorar atividade agrícola dos camponeses nos países da África. Também, diante do imperativo do desenvolvimento, o espaço rural é obrigado a interagir adequadamente com múltiplas mudanças e exigências providas de exterior, dos centros urbanos industrializados, dos diversos políticos e burocratas. Enfim, face às

⁷ Jean Ziegler, 2013.

relações econômicas nacionais e internacionais, o campo é fortemente cobrado a submeter as alterações do seu sistema de produção que o progresso do desenvolvimento tornou necessário.⁸

Em torno dessas exigências, a desigualdade atinge geometrias em naipes dicotômicas especialmente a irregularidades na atribuição de preços de vendas e compras entre o campo – os camponeses e a cidade – e o mercado capitalista global. Com o efeito, de que dimensão o campo tem perdido a credibilidade de ser vista além do espaço de exploração econômica perante a política de transformação de atividade agrícola? Como e qual é a reação dos camponeses face aos dilemas de sobrevivência permeada pelas exigências do desenvolvimento?

Do ponto de vista da resposta às inovações exógenas, (M'BALI,1989) reiterou que, os camponeses reagem na base da lógica que lhes são adequadas podendo concomitantemente corresponder com estratégias dos agentes do desenvolvimento – Estado, ONGs etc. - como também contrariá-los. Mas na realidade, as lógicas que conduzem suas produções econômicas são diferentes e contraditórias. Por exemplo: as estratégias e as políticas públicas voltadas a produtividade desenvolvidas por esses agentes do desenvolvimento, fundam-se numa racionalidade técnica e científica, ao passo que os padrões que regem atividade dos camponeses não se restringem simplesmente a produção econômica (racionalidade técnica), mas, ela é múltipla e complexa. A concepção destes últimos sobre a economia está intrinsecamente associada ao sagrado; ao parentesco e o poder que se dá conforme os modelos próprios de cada realidade social a partir de relações historicamente estabelecidas. Porém, se percebe que, mesmo sendo cedo ou tarde, as logicas do mercado tendem sempre a perpetuar-se sobre eles podendo brutalmente modificar as suas configurações sócias.

Em África, a percepção tradicional em muitos casos se considera que os verdadeiros proprietários da terra são Espíritos e o domínio dela depende dos mesmos. Sendo assim, o poder e o domínio que o homem exerce sobre a terra é limitada. Por esta razão, no caso da etnia *Balanta*, da Guiné-Bissau, nenhuma parcela da terra deve ser vendida ou comprada, porque ela não é mercadoria e nem possui um valor comercial. Também, os excedentes nesta sociedade são muito importantes, por que servem de reserva para assegurar a má colheita; ajudar em qualquer catástrofe natural; constituem algumas transações específicas: para cerimónias; trocas matrimônias.⁹

⁸ Faustino M'wali, 1989.

⁹ Faustino M'wali, 1989.

Existe necessidade de levantar questionamentos ao olharmos a situação atual da África que em parte é o resultado das contradições (rural e urbano) em relação às visões e perspectivas do uso do espaço rural ou sua utilidade para o desenvolvimento. Entre os quais, segue as duas questões do Faustino M'wali (1989, p.71);

“O porquê, em África, apesar dessas contradições indiscutíveis entre as duas lógicas, as coisas continuam sendo o que elas são hoje? As sociedades rurais continuam a ser invadidas com o mesmo método, os resultados são globalmente sempre os mesmos (insucessos)?” (M'WALI, 1989, p. 71).

Como a agregação híbrida dos saberes e conhecimentos aplicados na política do desenvolvimento tornam compatível à realidade dos diferentes países africanos? Aliás, que tipo de conhecimento Estados nacionais africanos privilegiam na criação de políticas do desenvolvimento? E, qual é a relação entre o Estado guineense com os camponeses desde independência até agora?

4. O Estado e as indústrias, os camponeses e a agricultura na Guiné-Bissau

Dilemas de desenvolvimento na Guiné-Bissau constitui, fundamentalmente um fator histórico, um país que na fase inicial de sua organização política nacional deparou com sérios problemas, insucessos orquestrados de fora para dentro e vice-versa. No período pós independência, assistiu-se o estabelecimento de pequenas indústrias que iam possibilitar “acesso a porta de entrada para o desenvolvimento” num contexto em que muitos trabalhavam sem reunir condições eficientes para assegurar a sustentabilidade do mesmo e pior de tudo, diante do evento de 14 de Novembro de 1980 (golpe)¹⁰ e da pressão do neocolonialismo que traz com ele o imperativo do ajustamento estrutural.

Embora, o pai da Nação guineense Amílcar Cabral¹¹ questionava: como e porquê desenvolver? Mas, a ideia de reconstrução nacional apegada com o de estar atrasado em comparação com outros causou o esquecimento desta questão. Consequentemente, apareceu uma ideia que visava a separação entre a industrialização e a agricultura rural. Pois, acreditou-se que os camponeses deveriam adaptar a produção à dinâmica da industrialização. Foi dessa forma que se implementou diferentes unidades industriais sem garantia (M'WALI, 1989).

¹⁰ No 14 de Novembro de 1980 ocorreu primeiro golpe de Estado na Guiné-Bissau cujo seus atores foram chamados movimento reajustador liderado pelo João Bernardo Nino Viera.

¹¹ Amílcar Lopes Cabral, pan-africanista e líder do partido da independência de Guiné e Cabo-Verde. Foi protagonista da independência de Guiné-Bissau.

Filinto Barros (2011), ao testemunhar das medidas que foram desencadeadas na gestão destas indústrias destacou vários fatores, especialmente depois do golpe de 14 novembro. Ele alega que boa parte dos gestores geriram mal essas indústrias ou empresas justificando que o Luiz Cabral procurou quase todas condições menos a competência técnica de gestão.

Se a necessidade de desenvolver sobrepõe critérios de organização a partir de princípios endógenos incluindo estratégias do envolvimento através da participação da maioria nos debates e tomadas de decisão e na priorização de educação enquanto instrumento básico para uma administração pública eficiente, conclui-se que, o país criou políticas de desenvolvimento em tempo e espaço desigual “errado”, Pois, ao invés de educar o Homem que conquistou a independência por via da luta armada para não mais brigar com a arma, mas sim com a inteligência e honestidade, foi lhe dado instrumento para lhe tornar corrupto. Ou, será que o país não estava ciente de sua condição precária para empreender um desenvolvimento sem recursos humanos suficiente? Pior de tudo, diante do neocolonialismo¹².

Ainda neste assunto, o mesmo autor afirma que a política do ajuste estrutural descredibilizou o setor público em detrimento do privado, fato que provocou grande desastre quando se tentou criar por via de crédito da banca o setor privado. Porque “os cegos” do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) não foram capazes de perceber que no contexto guineense (tão complexo) era mais importante que a gestão do público fosse racionalizada ao invés de transformá-la em privado perante a inépcia na gestão e sem capital. Pior ainda, numa circunstância em que, na doação de créditos havia tanto a corrupção do público quanto do privado (BARROS, 2011).

No âmbito da corrupção externa com relação à concorrência econômica, a Europa sempre cria barreiras obstaculizando a entrada dos produtos ao seu mercado e contrariamente, cria garantias para a entrada dos novos produtos da mesma para esse mercado. No caso da Guiné-Bissau, já substituíram óleo de amendoim produzidos por camponeses local pelo óleo de soja, e do girassol estes últimos eram produzidos pelos camponeses europeus. Já no contexto da corrupção interna, os políticos nacionais “querem ter tudo em casa: vídeos, televisões, máquinas de lavar, aparelhos de ar condicionado, férias para os filhos no exterior, mas não querem saber donde vem os meios!” (Barros, 2011, p. 52). Dessa forma, dão mais relevância

¹² A essência do neocolonialismo é de que o Estado que a ele está sujeito é, teoricamente, independente e tem todos os adornos exteriores da soberania internacional. Na realidade, seu sistema econômico e, portanto, o seu sistema político é dirigido do exterior (N’KRUMAH (1965, p. 06).

às ofertas e caridades proveniente dos designados organismos internacionais, estes que assolam cada vez mais a vida do povo com propostas estúpidas. [...] “até agora não nos tiraram do lamaçal do “subdesenvolvimento” o que nos empurraram durante séculos de escravatura.¹³

Na perspectiva de análise ao paradoxo do desenvolvimento na Guiné-Bissau, questiona-se: quem é o advogado dos oprimidos no contexto local? Quem advoga para a Guiné-Bissau na arena internacional? Quem julga o caso de corrupção e desigualdade estrutural promovida no âmbito interno e externo na Guiné-Bissau? Como fica a situação dos camponeses perante essa dupla corrupção?

Considerando esta última questão, o camponês se encontra amarrado em rede de relações de dependência que influenciam a sua forma de viver, essas relações são heterogêneas, complexas e hierárquicas formadas essencialmente fora de suas *tabancas (aldeias)*, por exemplo: ele depende do comprador local; do Estado, aquele que fixa o preço e viabiliza a vontade do camponês e do exterior.¹⁴

Ainda nesta ordem de questionamento, lê-se o seguinte:

Como é que o camponês poderá produzir para viver, produzir mais para viver melhor e produzir ainda mais a fim de aprovisionar a cidade e todo o país? Como é que, em contrapartida, a administração, o sector industrial, o sector dos transportes, a rede comercial, os fluxos financeiros ... vão fornecer aos camponeses os elementos de que eles necessitam para garantir a segurança e o escoamento dos seus produtos a preços vantajosos? (M’BALI, 1989, p.78).

À vista disso, trata-se no cenário guineense de um contexto em que “as vantagens de modernização e independência são privilégios de uma minoria. Se existisse uma coisa da qual os camponeses têm uma clara consciência, é essa” (M’BALI, 1989, p. 85). Enfim, como é que essas circunstâncias históricas determinaram a situação atual do desenvolvimento no país? Como é possível colocar em prática o questionamento de Amílcar Cabral sobre como e porquê desenvolver face às condutas e interesses dos políticos atuais do país?

5. O paradoxo do desenvolvimento na Guiné-Bissau do terceiro milênio

No contexto atual, embora o discurso político sobre a democracia e o progresso tendem a impulsionar um novo alento, tornou visível ao longo tempo, o papel gravíssimo que o advento da fome, má nutrição ganhou progressivamente no quadro de desigualdade estrutural na

¹³ Filinto Barros, 2011.

¹⁴ Faustino M’bali, 1989.

sociedade guineense devido ao baixo nível de incentivo e ausência de políticas públicas adequados para agricultura face ao desemprego que assola a cidade e o campo.

Sobre alguns pequenos benefícios cooperativas que resultou na construção de algumas infraestruturas : Assembleia Nacional Popular – ANP -; o aeroporto Osvaldo Viera; a construção de pontes e estradas e outras infraestruturas educativas e de saúde) (AUGEL, 2007), se percebe que estes equipamentos pertencem em grande medida ao uso de elites político nacional e seus homólogos no exterior, visto que, a grande parte da população são desprovidas de condições legais ou econômicas de acesso à tais instrumentos – aeroporto, estradas e pontes para viajarem, ANP para discutirem assuntos da nação mesclado com problemas pessoas que nunca acabam, E o povo, principalmente a parte que vive na zona rural, limitam-se apenas a usufruir de pequenos serviços hospitalares e escolares inconsistentes. Claro, o Estado Guineense não se libertou de dependência dos organismos sub-regionais e internacionais. A título de exemplo, Augel (2007, p.75) afirmou o seguinte;

A Guiné-Bissau do terceiro milênio continua-se a constatar o que Dowbor já tinha verificado há mais de vinte anos atrás, os efeitos do neocolonialismo continuam a se fazer sentir, grupos estrangeiros estão presentes no país numa concorrência desleal, as entidades multilaterais esbanjam milhões em esforços de influência muitas vezes através da corrupção, da bajulação, do compadrio (AUGEL, 2007, p.75). O financiamento externo, a tecnologia importada apareceu como solução mais fáceis e mais rápida para o desenvolvimento. Nem os financiamentos, no entanto, nem a tecnologia são neutras. Com os meios, vêm os fins. E estes fins importados raramente coincidem com os objetivos da população (AUGEL, 2007, p.76).

Na sequência de várias subjetividades discursivas determinantes de algumas práticas que envolvem o paradoxo do desenvolvimento no cenário guineense, observa-se que os tempos mudam, os espaços modificam, mas as condutas de atores políticos nacionais e agentes do desenvolvimento global mantem-se com os mesmos propósitos - corrupção e exploração.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As abordagens apresentadas até neste momento nos evidenciam no cenário histórico do continente africano, series eventos de violências no âmbito economia, político e cultural reentrantes no palco cujo enredos são muito vibrantes, sobretudo dilemas de campo e a cidade na Guiné-Bissau. As contradições que se verificou entre a cosmovisão endógena (guineense) e

exógena (ocidental) aplicadas na política do desenvolvimento bem como a corrupção externa com relação à concorrência econômica e a corrupção interna dos políticos nacionais contribuíram para o subdesenvolvimento do país.

Embora o Estado tende a não proporcionar um espaço de debate sério sobre os problemas do campo - camponeses, mas, mesmo assim, não se deve esquecer que a governança requer criatividade que podem ser vistos na implementação de políticas públicas. Por que os problemas públicos precisam ser debatidos publicamente, para assim possibilitar a inclusão de vozes dos sujeitos que por vezes são silenciadas face às suas próprias perplexidades, porque na criação de políticas voltadas aos seus lugares (*na se tera*) não podem ser *outsiders*.¹⁵ Ou seja, a que haver uma democracia participativa e inclusiva que exige também um desenvolvimento inclusivo. Por isso, é importante balizar a cosmovisão ocidental e africano (guineense) para que dentro dos valores se equacionam algorismos matematicamente adequados em que as leis e formulas não seriam gerais, mas que regem cada contexto conforme uma lógica específica. Assim, cada conhecimento encaixaria à configuração de uma necessidade particular. Neste sentido, nenhum deles sentiria excluído das políticas do desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado a necessidade de compreender fatores históricos em outras perspectivas, como pode tornar exclusivamente adequado afirmar que o atual constrangimento do desenvolvimento na África e em particular na Guiné-Bissau, no seu aspecto paradoxal parte-se unicamente de categorias políticos, econômicos, educativas concretos observado no dia-a-dia condicionadas por imperativos da política do capital local e global pois, elites desse capital não viram com bons olhos a projeção do continente para assumir uma trajetória particular no domínio de avanço positivo no envolvimento comum do povo para o crescimento – “desenvolvimento”? Será que os contornos políticos desembocados ao longo do período pós independência e que culminou com a atual desestruturação brutal e exacerbante do *corpus* social em sua diferente dimensão não envolveram fatores culturais e religiosas no continente?

No contexto guineense, estas questões (cultura e religião) nos move a considerar o apego que o homem guineense tem ao seu culto religioso *irãs-ancestrais*, embora, hoje em dia, muitos

¹⁵ INDI, Lucas Jaime. A Guiné-Bissau no cenário do antropoceno: o caso do parque nacional florestas de cantanhez. In: UILAB, 2018.

adquiriram outras religiões, e sem ignorar o papel que tais *ancestrais - irãs* jogaram durante a conquista da “liberdade”, como fica vários contratos estabelecidos com estes (*irãs*) durante a luta armada que certamente contribuíram para a independência do país? Será que estas alianças foram cumpridas seja para aqueles que já morreram ou os que ainda estão vivos? Como estes *irãs-ancestrais*, farão a justiça caso os contratos não são honrados? Como será feita a justiça dos que entregaram suas vidas aos inimigos (*antigos combatentes*) mas que no final de tudo foram abandonados? E, quem fará essa justiça? Será que o problema de Guiné-Bissau não transcende questões concretos vistos no dia-a-dia? E se assim for, que medidas deveriam ser tomadas e sob quais condições? Claro, há uma necessidade de repensarmos os problemas de Guiné-Bissau, não se trata dum problema exclusivamente de um autor (partido ou figura política) e nisso não devemos desprezar fatores exógenos – agendas do mercado capitalista e endógenos - má gerencia, corrupção, falta de saúde e educação, cultura incluindo questões espirituais etc., mas o mais importante ainda é que torna-se imperativo resolvermos os problemas do passado em suas naturezas complexas antes de tentar solucionar os do presente porque ambos são interconectados e interdependentes. Resolver um e deixar outro não é solução.

REFERÊNCIAS

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Editora Garamond, 2007.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. **Alternativas Africanas ao Desenvolvimento e ao Impacto da Globalização** – Notas Críticas Soltas. 2007.

FILINTO, Barros. **Testemunho**. Bissau, 2011.

M'BALI, Faustino. **O Estado e os camponeses perante o constrangimento do desenvolvimento na Guiné-Bissau**. In: Soronda - Revista de estudos guineenses. 1989.

N'KRUMAH, KWAME. **Neo-colonialism, the last stage of imperialism**. In: Editora civilização brasileira S, A. 1965.

TORRES, Adelino. **Desenvolvimento africano e cooperação**. 1999.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa: geografia da fome**, tradução de Jose Paulo Netto. ed. São Paulo: Cortez, 2013.